

Brossard se exalta e grita durante audiência com presidente da CNBB

Da Sucursal de Brasília

Exaltado, aos gritos, que foram ouvidos pelos repórteres que estavam na ante-sala de seu gabinete, o ministro da Justiça, Paulo Brossard, recebeu ontem em audiência o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida. "Desde quando o Brasil é nação 'plurinacional'? Muito bonito... Anchieta (padre José de Anchieta) não faria isto, o grande padre Vieira não faria isto", disse Brossard a d. Luciano, referindo-se às reportagens publicadas recentemente pelo jornal "O Estado de S. Paulo" sobre a atuação da Igreja em áreas indígenas, em que os missionários são acusados de tentar limitar a soberania nacional nessas regiões.

"Depois de cinco séculos vamos ter outra realidade? Quais serão as consequências futuras?", afirmou o ministro da Justiça, com a voz

alterada. "Isto (a definição do Brasil como um país 'plurinacional') é uma coisa absolutamente estranha ao direito constitucional brasileiro, do qual nem seu avô ou seu bisavô concordariam", disse ele. A Igreja defende a inclusão na nova Constituição do direito à "plurietnicidade" dos povos indígenas.

Em seguida, Brossard, mantendo o tom de voz exaltado e agressivo, lembrou documento com 47 mil assinaturas, da Juventude Católica da Áustria, e enviado ao Congresso constituinte, em apoio à demarcação das terras dos índios e ao usufruto, por eles, da riqueza do subsolo de suas terras. "Esses austríacos nunca puseram os pés aqui e não sabem dizer uma palavra em português, e ainda se apresentam como protetores dos índios", disse o ministro. Depois, falou de "organizações européias que estão a ofender" a soberania brasileira.

O presidente da CNBB tentou retrucar, mas suas palavras foram interrompidas pelo seu interlocutor. "Eu lhe confesso, padre, fiquei perplexo..." Só, então, d. Luciano pôde falar, mas suas afirmações, feitas em voz baixa, não foram ouvidas do lado de fora. Os dois ficaram reunidos durante 75 minutos e, à saída da audiência, Brossard se despediu de d. Luciano com formalismo.

D. Luciano não fez comentários sobre o tom de voz ríspido empregado por Brossard até que isso lhe foi perguntado, ao que respondeu ter sido tudo "explicado no decorrer da conversa". Disse apenas, num tom quase inaudível, que era "problema dele" (do ministro) falar daquele jeito. "A conversa foi cordial", disse.

O presidente da CNBB conseguiu entregar ao ministro documentos (já levados a público) que, segundo ele, comprovam serem falsas as acusações feitas nas reportagens do "O

Estado de S. Paulo". D. Luciano classificou-as de "fantástica elocubração", e lamentou terem passado por "mentes tão criativas que recorreram a documentos falsos". Ele, mais uma vez, apontou interesses estrangeiros, atentos para a exploração de minérios nas terras indígenas, como inspiradores das publicações.

Esta não é a primeira vez que Brossard e d. Luciano se desentendem. No dia 8 de maio de 86, o ministro da Justiça teria tratado o presidente da CNBB com rispidez, ao receber um relatório sobre a situação dos "brasiguaios" (camponeses brasileiros que estão voltando do Paraguai). Depois, em junho daquele ano, a CNBB divulgou nota refutando críticas feitas pelo ministro, segundo o qual a Igreja estaria instigando invasões de propriedades particulares na região do "Bico do Papagaio" (norte de Goiás, sul do Maranhão e sudeste do Pará).